

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO CERRADO: A PROPOSTA DE SOBERANIA ALIMENTAR NA COLMEIA, ASSENTAMENTO CANUDOS, PALMEIRAS DE GOIÁS/GO

Food production in the cerrado: the proposal for food sovereignty in the hive, Canudos Settlement, Palmeiras de Goiás/GO

Aline de Fatima Marques

Universidade Federal de Jataí/GO – UFJ
ma.alinemarques@gmail.com

Benjamim Pereira Vilela

Instituto Federal de Goiás - IFG
bpvilela@gmail.com

Rosivaldo Pereira de Almeida

Universidade Estadual de Goiás/GO – UEG
rosivaldo.almeida@ueg.br

Resumo: Este artigo trata da produção de alimentos no Cerrado e na Colmeia, assentamento Canudos, em Palmeiras, Goiás (GO). O texto aponta os aspectos da hegemonia do agronegócio, bem como a proposta de soberania alimentar camponesa. A hegemonia do agronegócio cresce no mesmo ritmo que a fome. Enquanto o Cerrado é transformado em mercadoria, surge uma nova cultura de alimentação baseada em alimentos processados e industrializados. Em contrapartida, a produção camponesa, a exemplo do assentamento Canudos, procura se inserir na proposta de soberania alimentar, integrando aspectos sociais, econômicos e ambientais na produção de alimentos. O texto compreende a relevância da soberania alimentar camponesa na Colmeia, assentamento Canudos, em Palmeiras/GO, e contribui com a luta pelo direito a alimentos saudáveis na mesa do trabalhador. Realizamos, em parceria com o grupo de pesquisa Dona Alzira/IESA/UFG, visitas, trabalho de campo, mesa redonda, roda de conversa e palestras na Colmeia em Canudos; na oportunidade, os trabalhadores foram entrevistados.

Palavras-chave: Soberania Alimentar; Assentamento Canudos; Agricultura Camponesa.

Abstract: This article deals with food production in the Cerrado and Colmeia, Settlement Canudos, in Palmeiras, Goiás (GO). The text highlights aspects of agribusiness hegemony, as well as the proposal for peasant food sovereignty. The hegemony of agribusiness grows at the same pace as hunger. As the Cerrado is transformed into a commodity, a new food culture based on processed and industrialized foods emerges. On the other hand, peasant production, like the Canudos Settlement, seeks to be part of the food sovereignty proposal, integrating social, economic and environmental aspects into food production. The text understands the relevance of peasant food sovereignty in Colmeia, Settlement Canudos, in Palmeiras de Goiás/GO and contributes to the fight for the right to healthy food on the worker's table. In partnership with the research group “Dona Alzira/IESA/UFG”, we carried out visits, field work, round tables, conversation circles and lectures at Colmeia, in Canudos, where the workers were interviewed.

Keywords: Food Sovereignty; Canudos Settlement; Peasant Agriculture.

INTRODUÇÃO

“Por que o sistema capitalista não elimina a fome?” (Chaveiro, 2021, p. 13). Pois bem, essa pergunta será discutida no decorrer do texto. A princípio, é importante compreender que, enquanto o agronegócio concentra terras e capitais, somadas à financeirização de alimentos e equipamentos através do Estado, a fome atinge um número considerável de pessoas. A agricultura, sob o modelo hegemônico, impõe desigualdades sociais, fome e adoecimento, devido ao uso irresponsável de agrotóxico, contaminando plantas, rios, peixes (alimento) e pessoas (que os consomem). A financeirização de alimentos, em vez de nutrir a sociedade, nutre a economia de países capitalistas e defende o regime privado de terras.

Há um questionamento em torno do bioma-território Cerrado, que coloca em pauta a possibilidade de ocupar e conservar o Cerrado simultaneamente. Esse questionamento é abordado na tese de doutorado de Specian (2022). Vale ressaltar que Ab’Saber (1983), em sua obra *Os Domínios de Natureza no Brasil*, descreveu o Cerrado com chapadas ou chapadões, de clima tropical, sendo maciços e planaltos, isto é, terrenos sedimentares, com solo ácido e com cursos de água que escoam para várias bacias, como: do Rio Paraná, Rio São Francisco e Rio Amazonas. Quanto ao solo ácido do Cerrado, é considerado pobre para o cultivo, porém a utilização do calcário no solo tem transformado esse bioma, tornando-o alvo da expansão do cultivo de soja, arroz, feijão, milho e outros produtos.

O artigo discorre a respeito dos conflitos impostos pelos impérios agroalimentares e do conceito de hegemonia alimentar e de soberania alimentar. Destaca, ainda, a importância do cuidado com o solo, para aumentar a produção, e menciona as estratégias camponesas e o modo de produção alimentar realizado na Colmeia, no assentamento Canudos, e sua localização na cidade de Palmeiras, Goiás (GO). Faz-se, no decorrer do texto, uma interpretação territorial da produção de alimentos, no assentamento Canudos, com base em trabalho de campo e observação tanto na cidade de Palmeiras/GO, quanto no assentamento Canudos, por meio de observação do trabalho realizado no assentamento. Neste artigo, será discutido como a Colmeia se insere na proposta de soberania alimentar.

CONCEITO ALIMENTO NA PRODUÇÃO CAMPONESA

O Cerrado sofre forte pressão da produção agroindustrial e das transformações devastadoras em seu bioma-território. O agronegócio alimenta o capitalismo, e o capitalismo

provoca disputas territoriais, luta de classes e luta pela terra contraposta aos latifúndios e ao monopólio da terra. Chaveiro (2020) relaciona alimento e poder e propõe:

A necessidade vital do alimento gera trabalho, cooperação, formas de solidariedade, de observação do clima, da terra e das plantas. A necessidade do alimento gera a necessidade do saber, um se funde no outro. No capitalismo, contudo, fomenta a luta de classes, induz ao monopólio da terra, institui regimes de subordinação. Coloca-se, então, como uma questão espacial e política. (Chaveiro, 2020, p. 2)

O autor discute o aumento da produção alimentar, sustentado por inovações científicas e tecnológicas, ao passo que a fome continua. A internacionalização da agricultura resulta na diminuição da produção da alimentação básica pela expansão do mercado de *commodities* que compõe a lógica predatória. “Dessa lógica advém a valorização das terras, a pressão sobre os territórios camponeses” (Chaveiro, 2020, p. 5).

Chaveiro (2020) ainda afirma que o modelo predatório possui características de reprimarização da economia, subvenção do agronegócio, desconstrução de direitos indígenas e quilombolas, incentivando a invasão de suas terras, fim do Ministério de Desenvolvimento Agrário, desajuste nos direitos dos trabalhadores, ideologia liberal conservadora, perseguição às lideranças de movimentos sociais e incentivo ao desmatamento.

De acordo com Graziano Neto (1985), a consolidação efetiva da agricultura moderna ocorreu a partir de 1960, com a adoção das inovações tecnológicas, no processo produtivo, bem como a constituição dos complexos agroindustriais. Isso gerou uma nova configuração socioeconômica e espacial para o campo brasileiro, pois se pode dizer que uma das facetas do desenvolvimento do capitalismo é a:

[...] subordinação da agricultura ao capital industrial. A revolução capitalista se manifesta em primeiro lugar nas atividades das fábricas, e progressivamente vai chegando ao campo. A lógica do capital é a reprodução ampliada que começa a dominar a produção na agricultura, trazendo em seu bojo a destruição da produção independente, monetarizando as relações de troca reforçando o mercado livre, enfim, instaurando o reino das mercadorias). (Neto, 1985, p. 68).

Durante esse processo, a agricultura foi perdendo força, pois a acumulação econômica se encontrava nos setores industriais, nos quais os capitais tendem a comandar a economia. No âmbito do capitalismo, a produção de alimentos se transformou em um negócio, visando apenas à obtenção do lucro e não à busca da satisfação das principais necessidades humanas.

Configura-se, assim, um palco de disputas entre os atores hegemônicos e os sujeitos que agem na dinâmica do território (Calaça, 2013). Desse modo, as transformações territoriais

impregnadas em cada objeto, projeto e ação dos diversos atores sociais promovem conflitos, na produção de alimentos, como foco constante do jogo de interesses e das disputas territoriais.

O processo de modernização do território compreende uma matriz espacial de transformações das áreas de Cerrado, não atingindo, de maneira uniforme, os diversos lugares. Expõe de maneira indireta seus conflitos, tais como é o caso do conflito entre a produção de alimentos saudáveis e agricultura baseada na monocultura do agronegócio.

Assim, manifesta-se a resistência por meio da ação de movimentos tanto sociais, isto é, daqueles que lutam pela terra, quanto ambientais, que têm sido um foco de resistência à força dos atores dominantes. Isso ocorre, sobretudo, a partir de práticas e enfrentamentos que resultam em projetos – como aqueles exemplificados neste texto –, mediante práticas de agricultura, em um viés agroecológico, como também táticas alternativas de comercialização.

Nesse contexto, a dinâmica da produção alimentar expressa as contradições e as interações do movimento de autoexpansão do capital no espaço geográfico. Desse entendimento, acredita-se que:

O processo de territorialização do capital no Cerrado se efetivou a partir da apropriação dos recursos criados pelo homem e a partir dos elementos disponíveis na natureza através dos conhecimentos e das técnicas produzidas pela ciência e pela tecnologia. Esse conhecimento, que se efetiva a partir da biodiversidade e dos saberes populares, converte as diversas matérias existentes no Cerrado em recursos disponíveis ao capital [...]. (Calaça, 2013, p. 23).

Portanto, a produção de alimentos se apoia na ideia de que os agentes hegemônicos agem no território e se apropriam dos recursos disponíveis no bioma-território Cerrado, como elemento para promoção da corrosão dos valores e saberes culturais, transformando o Cerrado em mercadoria e promovendo uma nova cultura de alimentação baseada em alimentos processados e industrializados.

A agricultura e a pecuária moderna visam, sobretudo, ao lucro e vêm transformando o território por meio das atividades econômicas aqui estabelecidas. Sua utilização só foi possível graças à modernização das técnicas produtivas no campo, aliada a um acréscimo constante de investimentos financeiros subsidiados por programas e políticas oficiais, os quais propiciam seu avanço indiscriminado no Cerrado goiano. A produção de alimentos, no Cerrado, tem possibilitado a concentração de renda, o aumento da violência, as desigualdades sociais, a segregação urbana e os problemas ambientais, mostrando que o incremento moderno da economia de exportação não minimiza os problemas sociais.

Graziano Neto (1985) afirma que a modernização da agricultura se deu, destacadamente, a partir da Revolução Verde, com a introdução de um pacote tecnológico vindo dos Estados Unidos da América (EUA). Esse pacote introduziu, na produção do campo, o uso de sementes híbridas e, depois, transgênicas, fertilizantes, maquinários e agrotóxicos. Com isso, a agricultura se expandiu pelo Cerrado. Chaveiro (2020) afirma que:

A denominada cadeia de produção, baseada na dependência de produtos da “revolução verde”, a promessa de expansão econômica dos países pobres para a extinção da fome, juntamente com a mercantilização dos bens agrícolas, motivaram a incorporação de biomas, como é o caso do Cerrado, até então representados como não aptos à agricultura, à esfera de uma integração mercadológica ao mundo. (Chaveiro, 2020, p. 8).

Dessa maneira, o Cerrado se inseriu na rota capitalista para produção e exportação de alimentos dos impérios agroalimentares, tornando o alimento uma peça de poder de grandes corporações monopolistas e de latifundiários. A modernização da agricultura está ligada à acumulação de capital. Portanto, os modelos de produção deixaram de ser somente para o consumo e se tornaram uma mercadoria para exportação. O grande interesse dessa revolução era o lucro. No século XXI, o agronegócio domina o campo e produz *commodities*.

Essa modernização ocasionou vários processos, como o reforço dos latifúndios, a exclusão dos pequenos camponeses do sistema econômico, a inserção de altas quantidades de fertilizantes químicos e de agrotóxicos e a exclusão da mão de obra simples, o que acabou acarretando outros fatos que serão tratados mais à frente. Essa compreensão, vertida para a análise da Revolução Verde, demonstra a sua materialização por meio do sistema de objetos e sistemas de ações – por exemplo, pela via do discurso ideológico modernizante.

Isso é feito através da mídia, que é paga para fazer propagandas, popularizando e introduzindo, na cabeça das pessoas, que essas medidas são positivas para toda a sociedade. O desencadeamento do novo modelo de produção, baseado nos princípios da Revolução Verde, teve como essência uma articulação entre a indústria e a agricultura. Novos objetivos e formas de exploração agrícola originaram transformações tanto na pecuária quanto na agricultura.

A modernização trouxe alteração nas relações sociais, pois, até então, o Brasil era um país latifundiário e monocultor, voltado apenas para a exportação, embora tivesse, nas pequenas propriedades, uma agricultura assentada em bases tradicionais que praticavam a lavoura com técnicas geracionais, sem o uso de agrotóxicos. Frente a isso, essas propriedades passaram a ceder, rapidamente, espaço para a agricultura industrial capitalista, que se caracterizava por suas fortes relações com a indústria, através de uma nítida relação de subordinação.

O resultado desse denso processo de alteração na base técnica da agricultura, isto é, na produção, passou a depender cada vez menos dos recursos naturais propriamente ditos e, também, passou a depender cada vez mais do setor industrial. Em outras palavras, passou-se a utilizar as máquinas, os equipamentos, os fertilizantes e os agrotóxicos para o crescimento agropecuário, mas esse uso trouxe consequências negativas para a saúde humana (Diniz, 2011). De acordo com Silva *et al.* (2013), a agricultura camponesa dispunha de alimentos essencialmente caracterizados pela fartura e pela diversidade alimentar. Verifica-se, no contexto atual, que existe uma extrema carência alimentar, a qual é representada, sobretudo, pela simplificação constante de cada dieta, o que ocasiona o empobrecimento nutricional. Chaveiro (2020, p. 6), percebendo o alimento como uma questão política central, afirma que:

A transformação da produção de alimentos num componente da rede de poder impõe as mudanças dos hábitos alimentares. Os trabalhadores urbanos e rurais são motivados a consumirem refrigerantes, doces industrializados, assim como alimentos imbuídos de conservantes; alteram-se também o ato de comer fora de casa, a exigência de comer com rapidez, o excesso de açúcar. A partir disso é engendrada uma verdadeira artificialização do alimento – e da comida. (CHAVEIRO, 2020, p.6)

Além da artificialização do alimento, abordada por Chaveiro (2020), há a preocupação com a contaminação. Dutra e Souza (2017) analisam a contaminação por agrotóxicos nos alimentos e afirmam que o número anual de óbitos causados pelo uso desses produtos na alimentação é superior a 100; os pesquisadores consideram, ainda, que grande parte dos casos de envenenamento não é registrada.

Além disso, verifica-se grande quantidade de crimes e omissões, quanto à fiscalização sobre a utilização dos agrotóxicos na agricultura. Muitos produtos utilizados são proibidos, mas entram de maneira ilegal no Brasil. Diversos casos de apreensões realizadas, pelas forças policiais, de grandes quantidades de veneno, que acabam contaminando os alimentos que consumimos, têm sido noticiados, de modo tímido, pela imprensa.

Assim, o agronegócio prioriza a produção em larga escala, com foco no lucro e uso intensivo de agrotóxicos. Em contraste, a soberania alimentar camponesa destaca a importância da agricultura camponesa, dos métodos sustentáveis e da autonomia local na produção de alimentos.

SOBERANIA ALIMENTAR CAMPONESA

A soberania alimentar emerge como um modelo holístico, integrando aspectos sociais, econômicos e ambientais na produção de alimentos. Ao reconhecer o papel das comunidades na definição de suas práticas agrícolas, abre-se caminho para a produção sustentável. A adoção desse paradigma não é apenas uma escolha pragmática, mas um compromisso ético. Nesse viés, Görgen (2020) ressalta aspectos da soberania alimentar:

Soberania alimentar tem a ver com alimentos saudáveis, com cultura, com hábitos alimentares, com sistemas locais, com respeito ao meio ambiente, etc. O objetivo primeiro e central é a produção de alimentos saudáveis e variados, com qualidade e quantidade necessárias e suficientes, através de sistemas diversificados de produção. Uma nação é soberana, isto é, manda no seu próprio nariz, é dona de seu próprio destino, quando ela tem alimentação suficiente para todo o seu povo comer e ainda estoque para vários anos. Ter comida suficiente e estocada significa Soberania Alimentar.

A soberania alimentar emerge como um conceito essencial, no cenário global contemporâneo, confrontando os desafios inerentes à produção, à distribuição e ao acesso aos alimentos. No cerne desse paradigma, encontra-se a busca por autonomia, sustentabilidade e equidade nas práticas alimentares. Assim, a soberania alimentar vai além da mera produção de alimentos; trata-se de um conceito que abraça a ideia de que as comunidades camponesas têm o direito de promover sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Em contraponto ao paradigma da segurança alimentar – que, muitas vezes, enfatiza a produção em larga escala e globalizada –, a soberania alimentar coloca ênfase na produção local, respeitando as práticas culturais. Ademais, a soberania alimentar está intrinsecamente ligada à autonomia das comunidades camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Isso implica a capacidade de escolher os métodos de produção com estratégias camponesas e práticas tradicionais. A produção alimentar camponesa de pequena escala fortalece os laços comunitários e reduz a dependência de grandes corporações.

Um dos pilares fundamentais da soberania alimentar é a sustentabilidade ambiental. A agricultura convencional, frequentemente associada a práticas intensivas e uso indiscriminado de agroquímicos, é substituída por abordagens agroecológicas e estratégias camponesas de produção e cuidados com o solo, que é um elemento fundamental e serve de suporte para o trabalho. Um solo saudável produz alimentos saudáveis que deixam as pessoas saudáveis. Essas práticas buscam a harmonia entre os sistemas agrícolas e os ecossistemas, minimizando impactos negativos sobre o solo.

A soberania alimentar é, também, uma questão de justiça social e econômica, negação à propriedade privada, negação ao trabalho escravo e ação de não mercantilizar os alimentos. Ao fortalecer a produção local, cria-se uma base equitativa para a distribuição de recursos e oportunidades. As comunidades têm maior controle sobre a produção, a comercialização e o consumo de alimentos, reduzindo a vulnerabilidade a flutuações nos mercados globais e promovendo a inclusão social.

Em contrapartida, o sucesso econômico dos impérios agroalimentares corresponde ao aumento da fome. Nesse sentido, a produção do alimento corresponde à concentração de poder. A imposição do consumo de alimentos industrializados e alimentos semiprocessados consagrou um domínio visceral nos hábitos alimentares das famílias, sob um modelo de acumulação construído a partir da Revolução Industrial. Esse modelo transformou a forma de trabalho, a relação com a terra e a alimentação dos trabalhadores.

Assim, as mudanças na dinâmica produtiva da agricultura familiar, transformando o alimento em mercadoria, reduzem as práticas tradicionais dos agricultores, eliminam a heterogeneidade da alimentação dessas comunidades e reduzem, gradativamente, as possibilidades de reprodução autônoma (Menezes; Silva; Conceição Silva, 2019). Tal fato fragiliza a produção dos gêneros alimentícios essenciais, como o arroz, a mandioca, as hortaliças, o amendoim e o feijão. A substituição dos cultivos tradicionais por *commodities* contribuiu para o enfraquecimento da autonomia produtiva e da soberania alimentar e para o aumento da dependência da alimentação imposta pelas empresas fornecedoras de alimentos industrializados.

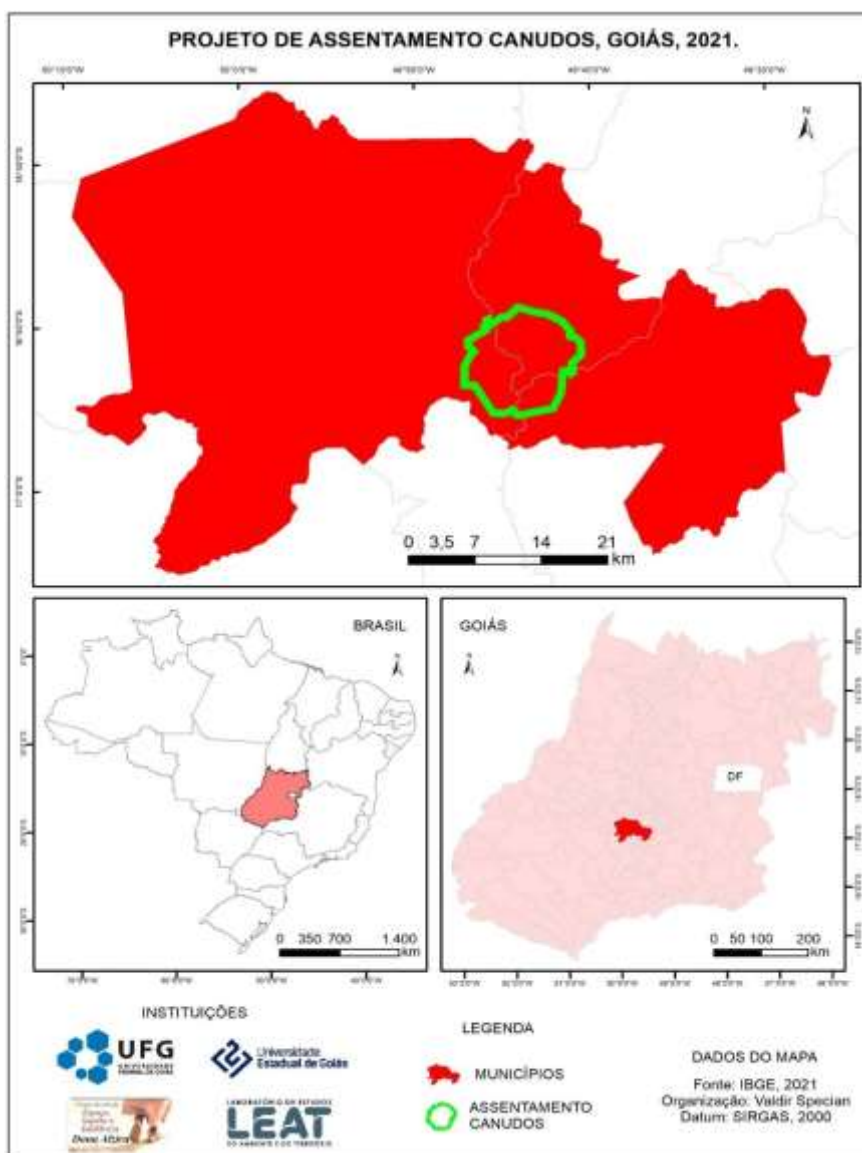
A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA NA COLMEIA, ASSENTAMENTO CANUDOS, PALMEIRAS DE GOIÁS/GO

A Colmeia, parte do assentamento Canudos, está localizada entre os municípios de Palmeiras de Goiás, Campestre, Varjão e Guapó. Esse assentamento foi constituído de uma grande luta, travada entre os trabalhadores ligados ao MST e latifundiários detentores da posse do imóvel rural. Atualmente, Canudos sofre os reflexos do agronegócio investido no município de Palmeiras/GO. Conforme mapa apresentado na figura 1.

A configuração e a organização dos assentados foram marcadas por conflitos, tanto internos quanto aqueles relacionados com as forças do agronegócio e, também, com o poder público, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que

resistiu para não expropriar a fazenda. Após quatro anos intensos, em 2001, veio a autorização de posse. Essa autorização culminou com o Termo de Ajustamento de Compromisso e Conduta (TAC). Em seguida, veio a autorização de posse e a de parcela, as quais deveriam seguir as determinações propostas pelo Ministério Público e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a assinatura de um TAC. Dessa forma, estabeleceu-se que 52% da área seria destinada para reserva legal e área de preservação permanente, e 48% para as famílias, com 18 hectares para cada uma. As famílias tiveram que estar comprometidas com a preservação do meio ambiente das áreas naturais do assentamento.

Figura 1 – Localização do Assentamento Canudos – GO.



Fonte: Specian (2022).

O referido assentamento foi amplamente estudado nos doutoramentos de Melo (2007) e Marques (2017), bem como nos mestrados de Graciano (2017) e Anacleto (2014). O primeiro abordou as relações socioespaciais vinculadas à Região Metropolitana de Goiânia; a segunda buscou compreender a cartografia das moradias, no assentamento, em uma perspectiva qualitativa; já a terceira analisou a política pública bolsa verde no assentamento Canudos; e o último buscou analisar as disputas territoriais na constituição do assentamento. Além desses autores, outros, em diversas áreas do conhecimento, fizeram estudos no assentamento. No entanto, não encontramos nenhum estudo que tenha se debruçado sobre a atual configuração do assentamento, 20 anos após a sua consolidação, e tampouco que tenha interpretado os conflitos relacionados com a produção de alimentos, como também o que se produz e como são produzidos tais alimentos.

A Colmeia é conhecida por seu compromisso com a agricultura sustentável e com as práticas que garantem a qualidade dos alimentos e cuidados com o solo. Diante das crescentes demandas por alimentos e das pressões ambientais nesse contexto, como os conflitos relacionados à produção industrial de alimentos, no Cerrado goiano, e a produção camponesa de alimentos, no assentamento Canudos, evidenciam-se os desafios entre a promoção da segurança alimentar, a conservação da biodiversidade e a garantia da sustentabilidade socioeconômica das comunidades camponesas. Specian (2022) aborda o conflito territorial entre a agricultura camponesa e o agronegócio, no município de Palmeiras/GO, descrevendo a resistência socioambiental dos camponeses frente à pressão dos empresários da terra.

Canudos está cercado – isso não se dá apenas no sentido literal. Como cercas, limites entre propriedades. O cerco é feito pelo avanço das lavouras de soja e milho do lado de fora dos limites do assentamento e nas últimas safras, com a condição favorável para exportação de grãos, as parcelas dos assentados passam a ser alvo dos interesses daqueles que querem arrendar as terras para a produção de grãos. Os camponeses, pressionados e/ou motivados por uma maior renda, acabam cedendo às propostas de arrendamento. (Specian, 2022, p.106)

Pois bem, mesmo diante das pressões advindas do agronegócio, o assentamento Canudos sustenta a proposta de soberania alimentar e da produção camponesa. Durante visita realizada nesse assentamento, em trabalho de campo com o grupo de estudos Espaço, Sujeito e Existência “Dona Alzira”, na Colmeia, parte do assentamento, observou-se a prática de produção de alimentos agroecológicos e do cuidado dedicado ao solo pelos camponeses assentados. A experiência permitiu compreender os benefícios dessa abordagem sustentável e observar os resultados da prática de policultura utilizada nesse lugar.

Os trabalhadores compartilharam suas estratégias de produção de alimentos, um sistema de produção agrícola baseado nos princípios agroecológicos. Uma das práticas fundamentais observadas foi a ênfase no cuidado com o solo. Os agricultores compreendem a importância do solo saudável e a sua influência direta na qualidade dos alimentos cultivados. Pode-se observar que eles aplicam estratégias camponesas para melhorar a fertilidade do solo, como o uso de adubos orgânicos, compostagem e rotação de culturas. Assim, eles trocam o uso de fertilizantes químicos por soluções naturais para nutrir o solo e preservar sua biodiversidade e equilíbrio.

Os agricultores praticam o manejo sustentável da água, implementando sistemas de irrigação eficientes e coletando água da chuva para minimizar o desperdício. Eles, também, esforçam-se para conservar a vegetação nativa, ao redor das áreas cultivadas, contribuindo para a proteção de recursos hídricos e a promoção da biodiversidade.

Há, no assentamento Canudos, variedade de cultivos agroecológicos. As hortaliças e os legumes são cuidadosamente plantados em canteiros elevados, permitindo melhor controle de pragas e doenças. A diversidade de culturas é notável, com sistemas agroflorestais, árvores frutíferas e arbustos coexistentes com plantas cultivadas, proporcionando sombra, proteção contra os ventos fortes e *habitat* para insetos benéficos.

Outro aspecto notável entre os camponeses da Colmeia foi o compromisso com a agricultura camponesa e o fortalecimento da comunidade. Os agricultores compartilham conhecimentos e experiências, promovendo trocas de sementes crioulas, e organizam feiras locais para comercialização dos produtos agroecológicos. Além disso, os agricultores investem na agricultura sustentável e valorizam a autonomia e segurança alimentar, produzindo alimentos livres de agrotóxicos e garantindo o acesso a alimentos saudáveis para as suas famílias e a população local.

CONCLUSÃO

A produção agrícola, no Cerrado brasileiro, destaca-se como um dos principais pilares do agronegócio. No entanto, esse desenvolvimento não ocorre sem enfrentar uma série de desafios e conflitos. Os conflitos, no campo alimentar, envolvem questões como distribuição desigual de recursos, acesso à terra, produção agrícolas, políticas alimentares e disputa por território. A expansão da agricultura intensiva resulta na degradação do solo, no desmatamento

e no uso excessivo de agrotóxicos, que podem comprometer a qualidade dos alimentos produzidos.

Na produção camponesa, o conceito alimentar está ligado à sustentabilidade local, à diversidade de cultivos e às práticas agrícolas tradicionais, promovendo a autonomia e a segurança alimentar dos trabalhadores camponeses. O texto elucidou a soberania alimentar camponesa, proposta pelo assentamento Canudos, que está inserida na proposta de produzir alimentos diversificados, saudáveis e sem agrotóxico, garantindo a soberania alimentar camponesa e investindo no modelo de produção sustentável e autônoma e na segurança alimentar. A soberania alimentar camponesa, ao valorizar a diversidade, promover práticas tradicionais e fortalecer comunidades locais, cria um cenário em que a alimentação vai além do simples nutrir, tornando-se um ato de resiliência e autonomia.

As considerações nos levam a pensar na importância de considerar a dimensão política do alimento. Assim, é relevante compreender que, além do poder hegemônico que se apropria do território e age na lógica do agronegócio, há um processo de resistência materializado pela atuação de camponeses da agricultura familiar e que é, muitas vezes, resultante dos assentamentos de reforma agrária. Estes são forjados, na maioria das vezes, pela atuação dos movimentos de trabalhadores sem-terra e outros movimentos ativos e organizados.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. **OS DOMÍNIOS DE NATUREZA NO BRASIL**: potencialidades paisagísticas. Ano VIII- março de 1983, v111 n4 Out-Dez p. 41-55.
- ANACLETO, Álvaro. **AS DISPUTAS TERRITORIAIS NA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO CANUDOS, EM GOIÁS**. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.
- CALAÇA, Manoel. **A territorialização do capital no Cerrado**: uma abordagem metodológica. In: SANTOS, Roberto de Souza; LIRA, Elizeu Ribeiro; CALAÇA, Manoel;
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Território e diversidade territorial no Cerrado**: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais. Goiânia: Kelps, 2013. p. 1-290.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. **A HEGEMONIA PREDATÓRIA E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS**: o contraponto da saúde. Goiânia: Laboter - Iesa, 2020. Texto no prelo.

DINIZ, Belísia Lúcia Moreira Toscano. **Agroecologia e agricultura orgânica**. 2011 Editora Universitária da UFPB. Cidade Universitária - Campus I S/Nº - Castelo Branco.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia**. 2a Edição, São Paulo: Brasiliense, 1985.

DUTRA, R. M. Soares & SOUZA, Murilo M. **IMPACTOS NEGATIVOS DO USO DO AGROTÓXICO À SAÚDE HUMANA**, in: HYGEIA – Revista Brasileira de Geografia médica e da saúde, 2017: 134.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **A soberania alimentar no Brasil ainda não foi alcançada**. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/16/artigo-a-soberania-alimentar-no-brasil-ainda-nao-foi-alcancada>

MARQUES, Ana Carolina de Oliveira. **CARTOGRAFIA DAS MORADIAS EM CANUDOS: a dimensão política do morar**. 2017. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós - Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Sócio Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MELO, Sandro Cristiano de. **NO SOPÉ DA METRÓPOLE: implicações da relação cidade-campo na dinâmica socioespacial do Assentamento Canudos - go**. 2007. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós - Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; SILVA, Paulo Adriano Santos; CONCEIÇÃO SILVA, Heberly Ruan. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confins**, São Paulo, v. 40, 2019. DOI <https://doi.org/10.4000/confins.20412>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/20412>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SPECIAN, Valdir. **CAMPONESES NO CERRADO GOIANO: resistência socioambiental e as novas ofensivas do capital**. Jataí. 2022. 216 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Jataí. Jataí, 2022.

SOBRE A AUTORA E OS AUTORES

ALINE DE FATIMA MARQUES

Acadêmica Imortal da CILA- Confraria Internacional de Literatura e Arte, ocupa a Cadeira 87 da Patrona Toni Morisson. Colunista do blog Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador (FIOCRUZ/RJ). Integrante do Grupo de Estudos Saúde do Trabalhador- Multiplicadores de Visat/ FIOCRUZ. -RJ. Secretária e pesquisadora no grupo de estudos e pesquisa "Espaço, Sujeito e Existência- Dona Alzira (UFG/IESA)". Sócia da AGB- GOIÂNIA, Associação de Geógrafos Brasileiros; membra do grupo de estudos NUDHEM (Direitos Humanos na Cidade de Goiás-GO). Atuou como professora regente no Ensino Fundamental e Educação Infantil no Município de Sanclerlândia (agosto de 2013 - janeiro de 2022); cursando Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Jataí-GO (início 2022, em andamento), com a linha de pesquisa "Organização e Gestão do Espaço Rural e Urbano do

Cerrado". Foi bolsista pela Universidade Estadual de Goiás- UEG (agosto de 2021 a janeiro de 2022). Possui Mestrado em geografia pelo Programa de Pós-graduação- PPGeo-UEG, (início em 2020 e finalizado em janeiro de 2022) pela Universidade Estadual de Goiás-UEG, com a linha de pesquisa "Dinâmica Territorial do Cerrado". Especialista em Psicopedagogia Institucional pela faculdade FASAMAR- São Marcos; Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (2004 a 2007) e graduada em Pedagogia pela Faculdade São Marcos (2016). Atua como professor temporário e regente no Ensino Fundamental na Escola Damiana da Cunha no Município de Mossâmedes-GO (desde outubro de 2021). Áreas de interesse: Parques; Produção de Alimentos saudáveis e agroecológicos; Agricultura camponesa; educação geográfica; territórios do Cerrado.

BENJAMIM PEREIRA VILELA

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2006) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2009). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Educação Ambiental, Geoprocessamento, Dinâmica Territorial, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação ambiental, geografia humana, sustentabilidade, cartografia, geoprocessamento, educação profissional e transdisciplinaridade. É membro do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado (ICEBE).

ROSIVALDO PEREIRA DE ALMEIDA

Doutor em Educação pela UFG (Conceito 5 na CAPES), mestre em educação pela UFG, especialista em História Cultural pela Faculdade de História da UFG, especialista em Docência Universitária pela Universo/Campus Goiânia, se licenciou em História. Tem experiência na área de Fundamentos dos Direitos Humanos e da Educação, atuando nos seguintes temas: Sentidos da Escola; Educação Necropolítica; Fascismo; Educação Prisional.